



**Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941**  
**E-mail: [dep.jesussergio@camara.leq.br](mailto:dep.jesussergio@camara.leq.br)**

- a) O Ministério da Defesa está fazendo acompanhamento dessa denúncia publicada no site de notícias Metrôpoles, de que dois oficiais do Exército gastaram R\$ 658 mil com cartões corporativos?
- b) As necessidades dessas viagens que tiveram passagens emitidas foram devidamente fundamentadas para sua autorização?
- c) Quem foram os passageiros, quais foram os trechos e datas dos deslocamentos autorizados?
- d) Quais foram as atividades realizadas pelos beneficiários das passagens emitidas?
- e) Qual o montante de recursos usados com cartão corporativo pelo exército entre janeiro e setembro de 2019?



## JUSTIFICAÇÃO

Matéria publicada pelo site de notícias Metrôpoles, em 14 de setembro de 2019, intitulada: **“Dois oficiais do Exército gastaram R\$ 658 mil com cartões corporativos”**, (<https://www.metropoles.com/brasil/dois-oficiais-do-exercito-gastaram-r-658-mil-com-cartao-corporativo>), informa sobre os gastos com passagens aéreas feitos pelos oficiais do Exército Alessandro Siqueira Martins e Artur Chaves Tourinho que estão entre as autoridades que possuem esse tipo de facilidade para autorizar despesas e que mais gastaram no ranking do Portal da Transparência.

Não se questiona que se trata de uma ferramenta importante para dar maior mobilidade e desburocratizar os gastos de servidores e autoridades do governo federal que precisam viajar continuamente em missão oficial. É necessário, porém, lisura, ética e transparência dos gastos nessa modalidade.

Ainda segundo matéria do site de notícias, O coronel Alessandro Martins é ordenador de despesas do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Ele gastou R\$ 334 mil. Já o coronel Artur Tourinho que exerce a mesma função no Centro Integrado de Telemática do Exército, usou R\$ 324 mil.

Pela explicação do Exército, o dinheiro foi gasto em viagens de instrução, apoio técnico, deslocamentos para cursos, estudos doutrinários, estágios e simpósios.

Nesse sentido, o Parlamento Brasileiro, que tem as prerrogativas constitucionais para fiscalizar os atos do Poder Executivo, precisa estar informado do uso que vem sendo feito dos cartões corporativos pelos servidores e autoridades do governo federal, que têm em seu nome, registros dessa modalidade de pagamentos.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro da Defesa que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2019.

**Deputado JESUS SÉRGIO**